



071

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0170619-2

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

APELADO: JOSÉ LUCIANO MAGALHÃES SILVA

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE SEMÁFORO. O LAUDO PERICIAL NÃO É CONCLUSIVO. NEGLIGÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR NÃO PROPORCIONAR AOS CONDUTORES DE VEÍCULOS SINALIZAÇÃO ADEQUADA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO. APELAÇÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

1- Estado de Pernambuco e o DETRAN-PE interpuseram Apelação Cível em face de sentença na Ação de Indenização com rito sumário nº 001.1999.611967-2, que julgou procedente o pedido inicial, condenando os ora apelantes ao pagamento de indenização no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), atualizado e acrescido de juros.

2- José Luciano Magalhães Silva propôs a referida ação em virtude de acidente de carro, evento que atribui à ausência de um semáforo na parte frontal do pontilhão sentido cidade/subúrbio, situado no cruzamento da Av. Dr. Jaime da Fonte com a Rua Odorico Mendes.

3- Depreende-se do laudo pericial que o mencionado poste da direita não possuía semáforo. Ademais, estava danificado antes mesmo do acidente em questão. Como salientado pelos recorrentes em sua apelação, houve avanço de sinal que se encontrava em fase vermelha, não sendo possível, contudo, uma conclusão definitiva sobre qual dos veículos teria realizado esta infração de trânsito.

4- o Estado e o DETRAN-PE não se desincumbiram de provar que seu comportamento omissivo, de não reparar o semáforo do local do evento, não influenciou, ou não guardou nexo de causalidade com o dano no carro do recorrido.

5- O Poder Público não cumpriu com o seu dever de zelar pela prevenção de acidentes, posto que além de não ter em tempo hábil efetuado o conserto do semáforo, também não cuidou de sinalizar essa deficiência.

6- A dúvida de se saber se foi ou não por conta da falta de sinalização que o dano ocorreu foi gerada pela Administração Pública, quando não cumpriu o dever de manter a sinalização adequada, propiciando um tráfego seguro de veículos.

7- Responsabilidade civil objetiva configurada.

8- Recurso não provido à unanimidade.



072

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº **0170619-2**, figurando como apelantes **ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO** e como apelado **JOSÉ MAGALHÃES LUCIANO SILVA**; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** à apelação, mantendo a decisão vergastada em todos os seus termos, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2012


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

28
073

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0170619-2

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

APELADO: JOSÉ LUCIANO MAGALHÃES SILVA

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Estado de Pernambuco e o DETRAN-PE interpuseram Apelação Cível em face de sentença na Ação de Indenização com rito sumário nº 001.1999.611967-2, que julgou procedente o pedido inicial, condenando o ora apelante ao pagamento de indenização no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), atualizado e acrescido de juros.

José Luciano Magalhães Silva propôs a referida ação em virtude de danos materiais causados por acidente envolvendo seu carro, evento que atribui à ausência, à época, de um semáforo na parte frontal do pontilhão sentido cidade/subúrbio, situado no cruzamento da Av. Dr. Jaime da Fonte com a Rua Odorico Mendes.

Em suas razões de apelação, os recorrentes ressaltam que, consoante o Laudo Pericial, presente às fls. 15 dos autos, a causa do acidente foi o avanço de sinal na fase vermelha. Destacam, ainda, que a primeira e a segunda testemunhas, presentes à Audiência de Instrução e Julgamento (fls. 61/63), ratificam que houve um avanço de sinal.

Diante disso, concluem que "não foi a ausência de sinalização que determinou a ocorrência do evento motivador do ajuizamento da ação, mas sim, como comprovam o Laudo Pericial às fls. 15 e a segunda testemunha em seu depoimento de fls. 62, a ocorrência de sinal na fase vermelha" (fls. 102).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

129
074

O apelado, nas contra-razões de fls. 108/113, aduz que o recurso de apelação não deve "ser sustentado através de pseudo-declarações emitidas por supostas testemunhas que não presenciaram o acidente objeto da presente demanda" (fls. 111). Entende o recorrido estarem presentes todos os requisitos necessários à caracterização da responsabilidade civil objetiva do Estado.

O *Parquet*, através de seu representante, no parecer de fls. 124 e 125, manifestou-se favorável à improcedência do apelo.

É o relatório.

À Revisão.

Recife, 27 de Outubro de 2009


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

075

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0170619-2

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

APELADO: JOSÉ LUCIANO MAGALHÃES SILVA

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Insurgem-se o Estado de Pernambuco e o DETRAN-PE contra sentença que julgou procedente o pleito inicial, condenando-os solidariamente na indenização por danos materiais sofridos pelo ora recorrido, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a ser atualizado monetariamente e corrigido de juros.

Analisando os autos, tenho que não merece prosperar a tese dos recorrentes. Isso afirmo com base nos elementos constantes destes autos, que nos levam a concluir pela responsabilidade objetiva do Estado.

Vejamos no Código de Trânsito Brasileiro algumas normas já mencionadas pelo Juízo da causa em sua sentença, as quais se aplicam à situação em debate:

Art. 80. Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.

§ 1º A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN.

(...)

Art. 88. Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção, enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.



076

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo


Parágrafo único. Nas vias ou trechos de vias em obras deverá ser afixada sinalização específica e adequada.

Nessa linha, depreendo que os ora apelantes não realizam a fiel observância das previsões acima. Isso é o que podemos aferir das provas que instruem os autos deste processo, como bem concluiremos a seguir.

Para tanto, cumpre trazer à colação o seguinte trecho constante do Laudo Pericial:

"Examinando o local, os Peritos observaram que próximo ao pontilhão havia dois (02) postes de metal, sendo que um situava-se à esquerda e outro à direita. Ditos postes serviam para sustentação dos semáforos que orientavam o trânsito de veículos que procediam pela Av. Dr. Jaime da Fonte no sentido Av. Odorico Mendes. Vale salientar que o poste situado à direita, antes da ponte, encontrava-se danificado e desprovido de semáforos, ficando assim o semáforo da esquerda para sinalizar os veículos que por ali circulavam. Foi ainda observado que parte dos danos no citado poste, ocorrera anteriormente a este acidente." (fs. 14)

Mais adiante, nas conclusões, constam as afirmações seguintes:

 **"Tratando-se de cruzamento sinalizado por semáforos e funcionando normalmente no automático, os Peritos não dispõem de elementos materiais suficientes para determinar qual dos veículos avançou a fase vermelha" (fs. 15).**

Assim sendo, depreende-se que o poste da direita, mencionado no laudo, não possuía semáforo. Ademais, estava danificado antes mesmo do acidente em questão. Observamos, ainda, que, como salientado pelos recorrentes em sua apelação, houve avanço de sinal que se encontrava em fase vermelha, não sendo possível, contudo, uma conclusão definitiva sobre qual dos veículos teria realizado esta infração de trânsito.



077

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo


Pois bem, é de se notar que o laudo apresentado não é conclusivo acerca dos motivos determinantes do acidente. É certo também que houve negligência da Administração Pública, no sentido de não ter procedido às necessárias manutenções dos postes e dos semáforos descritos neste processo. Contudo há outras considerações que devem ser levadas em conta.

Acerca do tema objeto da presente demanda, vejamos as anotações de José dos Santos Carvalho Filho¹, as quais guardam pertinência com o caso que estudamos:

"A questão relativa à prova leva, primeiramente, em conta a defesa do Estado na ação movida pelo lesado. Diante dos pressupostos da responsabilidade objetiva, ao Estado só cabe defender-se provando a inexistência do fato administrativo, a inexistência de dano ou a ausência de nexo causal entre o fato e o dano.

Mas há ainda outro fator que merece ser analisado. A pretensão formulada pelo indivíduo para obter do Estado a reparação dos prejuízos atenua em muito o princípio de que o ônus da prova incumbe a quem alega (ônus probandi incumbit ei que dicit, non qui negat). Se o autor da ação alega a existência do fato, o dano e o nexo de causalidade entre um e outro, cabe ao Estado-réu a contraprova sobre tais alegações."

Consoante já ressaltado anteriormente, as provas constantes dos autos não são conclusivas no sentido de que o acidente ocorreu por motivo da ausência de semáforo na pista em que se encontrava o ora apelado.

 Nada obstante, o Estado e o DETRAN-PE não se desincumbiram de provar que esse seu comportamento omissivo (de não reparar o semáforo do local do evento) não influenciou, ou não guardou nexo de causalidade com o fato, causando danos materiais para o recorrido.

¹ Manual de Direito Administrativo. 21.ed. Rio de Janeiro: 2009, p.531-533.



078

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Ora, o que verificamos é que o Poder Público não cumpriu com o seu dever de prevenção de acidentes, posto que, além de não ter, em tempo hábil, efetuado o conserto do semáforo, também não cuidou de sinalizar essa deficiência (ao menos não consta dos autos qualquer prova em sentido contrário). Esse fato findou por provocar a situação atual de dúvida.

Desta feita, tenho que a dúvida de se saber se foi ou não por conta da falta de sinalização que o dano ocorreu foi gerada pela Administração Pública, quando não cumpriu com o dever de manter a sinalização adequada para o bom funcionamento do tráfego de veículos. Nesse andar, sobre os recorrentes é que recaiu o ônus de provar que não houve nexo de causalidade.

Tendo em vista que não realizaram a contra-prova das alegações e dos documentos ofertados pelo apelado, então tenho que não devem os recorrentes se beneficiar da situação de incerteza, a qual deram causa.

Diante do exposto, que adoto como razões para decidir, e com fulcro no art. 37, §6º da CF/88, VOTO pelo **NÃO PROVIMENTO** da apelação, para manter a decisão açoitada em todos os seus termos.

É o meu voto, Srs. Desembargadores.

Recife, 26/01/2012


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



079

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª CAMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL nº 0170619-2

Apelante: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

Procurador: Dr. José Galdino da Silva Filho

Apelado: JOSÉ LUCIANO MAGALHÃES SILVA

Adv.: Dra. Mônica Resende da Cunha Castro

MP: Dra. Daizy Maria de A Costa Pereira.

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

REVISOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto pela ESTADO DE PERNAMBUCO, inconformado com o teor da sentença que julgou procedente pedido formulado nos autos de ação de indenização.

O ora apelado ajuizou a referida ação buscando reparação por danos materiais do ESTADO DE PERNAMBUCO e do DETRAN, uma vez que as entidades eram responsáveis pela devida implantação da sinalização, devendo responder pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação. Insurge-se assim requerendo indenização pelo mau funcionamento do serviço público.

Segundo o demandante, o acidente ocorreu em virtude da ausência de um semáforo na parte, bem como não havia nenhum tipo de aviso ou placa indicativa que alertasse os condutores de veículos que transitavam por aquela via.

A sentença recorrida acolheu o pedido vestibular, julgando procedente a demanda a fim de condenar o Estado de Pernambuco, solidariamente com Departamento de Trânsito de Pernambuco - DETRAN/PE na indenização dos danos materiais sofridos com o automóvel de propriedade do autor no importe de R\$3.500,00(três mil e quinhentos reais), quantia devida atualizada monetariamente e acrescida dos juros legais.

Nas razões de apelação o recorrente requer a improcedência da ação, alegando que a ausência de sinalização não foi o que determinou o ajuizamento da ação, mas sim a ocorrência de sinal na fase vermelha.

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminent Relator, voto nos seguintes termos:

[Assinatura]

No Mérito:

080

- () Não provimento do Reexame Necessário.
- () Não provimento do Reexame Necessário, prejudicado o voluntário.
- () Provimento do Reexame Necessário para:
- () Provimento Parcial ao Reexame Necessário para:
- (**X**) Improvimento da Apelação.
- () Dar provimento ao recurso de apelação.
- () Dar Provimento Parcial ao recurso de apelação.

É como voto.

Recife,

26/ Janeiro/ 2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Revisor